



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

TERMO ADITIVO Nº. 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2015.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Assistência Técnica Ambiental, Vistoria Técnica, Emissão de Laudos e Pareceres Técnicos e Responsabilidade Técnica (ARTs) para liberação de licenças ambientais no Município de Ivorá-RS, para a Secretaria Municipal de Finanças e Meio Ambiente, de um lado o **MUNICÍPIO DE IVORÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.457.175/0001-40, com Sede à Av. Garibaldi, 1098, na Cidade de Ivorá, neste ato representado pela Sra. Prefeita Municipal, **VERA BEATRIZ ROSSATO**, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob nº 270.648.830-15, RG. nº 6003486096, residente na Avenida Garibaldi, nº 980, em Ivorá – RS, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO** e de outro lado a empresa **SANTA MARIA CONSULTORIA FLORESTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.332.699/0001-02, localizada na Rua Vanderlei de Almeida, 535, Bairro Parque Serrano II, CEP 97.185-000, na cidade de Itaara-RS, neste ato representada pelo Sr. **TELMO ALMANSA DA SILVA**, ocupante do cargo de sócio proprietário, brasileiro, solteiro, engenheiro florestal, residente e domiciliado na Rua Vanderlei de Almeida, 535, Bairro Parque Serrano II, CEP 97.185-000, na cidade de Itaara-RS, portador da Carteira de Identidade nº 4063508081, emitida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 993.929.760-20, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, de conformidade com o Edital de Pregão nº 005/2015, Processo Administrativo 076/2015, e autorização de fornecimento nº 022/2015, tem entre si como justo e plenamente acordado as cláusulas e condições:

I-DO OBJETO

Termo aditivo para contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Assistência Técnica Ambiental, Vistoria Técnica, Emissão de Laudos e Pareceres Técnicos e Responsabilidade Técnica (ARTs) para liberação de licenças ambientais no Município de Ivorá-RS, para a Secretaria Municipal de Finanças e Meio Ambiente. Termo aditivo para acréscimo de 25%, correspondendo ao aumento de 4 visitas.

1.1. Critérios

- a) A empresa deverá possuir em seu Corpo técnico Engenheiro Florestal, Geólogo e Engenheiro Agrônomo, com registro no respectivo conselho CREA/RS.

 1



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

b) A empresa vencedora deverá realizar até 2 visitas mensais, de acordo com a necessidade do Município contratante, não podendo ultrapassar 24 visitas técnicas até 31/12/2016. O município comunicará a empresa vencedora por escrito, no mínimo 2 dias antes da necessidade da visita.

c) Cada visita deve possuir duração de 8 horas.

II - DOS PRAZOS:

Esgotados todos os prazos recursais, a empresa licitante terá o prazo 02 (dois) dias para comparecer na Secretaria Municipal de Administração para assinatura do contrato.

III- DA VIGÊNCIA

A vigência do presente termo aditivo é de 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. A contratação poderá ser prorrogada, se ambas as partes assim concordarem, conforme a Lei de Licitações nº. 8.666/93.

Caso houver prorrogação contratual o valor será corrigido pelo índice IPC-FIPE.

IV - DO PREÇO

O preço total para o presente ajuste é de R\$ 15.913,44, sendo o valor de R\$ 663,06 por visita técnica, aceito pela CONTRATADA, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

V – DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

O pagamento será efetuado mensalmente, em até 5 dias úteis do mês subsequente, a prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal;

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPC/FIPE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

 2



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

As despesas decorrentes do presente edital correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS EMEIO AMBIENTE
UNIDADE: 06- DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
PROJETO ATIVIDADE: MANUTENÇÕES DO NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
CONTA: 134 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ
SUB-CONTA: 2078 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
RECURSO VINCULADO: 01 LIVRE
VALOR: R\$ 15.913,44

VI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez)¹ dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*





h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

7.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

7.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII- DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão do contrato ocorrerá pelas causas e na forma prevista nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Único. O descumprimento das obrigações assumidas neste edital deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05(cinco) dias para alegar o que entender de direito.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Constituem motivo para a rescisão do contrato os casos elencados no artigo 78 da Lei 8.666/93.

A rescisão do contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78;
- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- judicial, nos termos da legislação.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

VIII – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Se o contratado causar danos à Administração Municipal (contratante) fica obrigado a repará-lo, conforme o artigo 927 do Código Civil Brasileiro.

 4



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

IX- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELO MUNICÍPIO

O encarregado pela fiscalização do cumprimento do contrato é o Sr. Jorge dos Santos Souza, Secretária Municipal de Finanças e Meio Ambiente, a qual fica responsável pelo seu cumprimento nos termos do artigo 67, da Lei de Licitações nº. 8.666/93.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos no presente termo aditivo serão resolvidos sempre levando-se em consideração as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, bem como do Decreto nº 2.743, de 21 de agosto de 1998.

Fica eleito o Foro da Comarca de Faxinal do Soturno, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas ao presente contrato.

E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente contrato em duas vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ivorá (RS) 04 de janeiro de 2016.


VERA BEATRIZ ROSSATO
Prefeita Municipal
Contratante


SANTA MARIA CONSULTORIA FLORESTAL LTDA
Telmo Almansa da Silva
Contratado

TESTEMUNHAS:


.....

CPF:

017.829.010-03
.....